



Corpos e territórios de luto e luta: Memória, direitos e vida em tempos pandêmicos

Cuerpos y territorios de duelo y lucha: Memoria, derechos y vida en tiempos de pandemia

Bodies and Territories of Mourning and Struggle: Memory, Rights and Life in Pandemic Times

■ **Laura Rebecca Murray**

e-mail: laura.rebecca.murray@gmail.com

■ **Murilo Peixoto da Mota**

e-mail: muriloufrj@gmail.com

■ **Pedro Claudio Cunha Bocayuva**

e-mail: cunca@uol.com.br

A chamada para este número especial da **METAXY** circulou pela primeira vez em agosto de 2021, em um contexto pandêmico em que a necropolítica, o negacionismo e o neoliberalismo vinham se manifestando com assombrosa efetividade em alguns episódios terríveis, entre eles a tragédia sanitária em Manaus, o Massacre do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, e o incêndio da Cinemateca Brasileira, em São Paulo. Aquele era um momento de dor e luto profundos, e também da amplificação de lutas e manifestações populares que derrubaram monumentos e ressignificaram territórios.

Diante de disputas pelo passado, pelo presente e pelo futuro, solicitamos contribuições com abordagens interseccionais centradas no processo de documentar e valorizar a memória como estratégia vital de resistência. Partindo do entendimento da memória como relação e do passado como algo que pode ser tanto recordado como recriado¹, assumimos o desafio de publicar artigos e reflexões sobre as marcas corporais e territoriais de luto e de luta travadas em 2020 e 2021, também buscando contribuições sobre marcos teóricos e conceituais para pensar épocas históricas de crises e catástrofes. As contribuições resultaram em oito artigos, um ensaio, duas entrevistas e uma resenha.

No artigo “Persistências no necrotempo pandêmico: Favelas, marronagem e o dia seguinte”, Fátima Lima analisa o boletim *De olho no corona!*, desenvolvido e divulgado pela organização da sociedade civil Redes da Maré durante a pandemia de Covid-19. O boletim

¹ GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. *Revista Morpheus – Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, v. 7, n. 13, 2015.

contava, até a data de publicação do artigo, com 44 edições e é um dispositivo fundamental de denúncia e mobilização. Suas edições são um registro histórico das profundas opressões de raça, classe, gênero, sexualidade, geração e, principalmente, origem e território, interseccionalizadas e atravessadas por uma bio-necropolítica operante durante a pandemia no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Mobilizando o conceito de *necrotopo*, Lima apresenta uma reflexão sobre como esse passado recente manifesta e manifestará no presente e no futuro. A autora afirma apostar em uma “memória corporificada e aterrada no chão das comunidades, uma memória na qual os corpos são depositários dinâmicos de tecnologias ancestrais de sobrevivência” (p.14).

Em “Gordofobia, fascismo e saúde em tempos pandêmicos”, Maria Luisa Jimenez Jimenez, Kathleen Tereza da Cruz, Emerson Merhy e Reginaldo Moreira enquadram a gordofobia como um estigma estrutural e mostram como o discurso sobre saúde em tempos pandêmicos tem sido violento com pessoas gordas. A partir de leituras críticas e de depoimentos de experiências de mulheres gordas coletados na internet entre 2020 e 2021, Jimenez, Cruz, Merhy e Moreira discutem os frequentes *microfascismos*, violências e humilhações sofridas por pessoas gordas on-line e nos serviços de saúde. Destacam ainda as ferramentas utilizadas e socializadas pelas mulheres gordas para romper com a vigilância sobre suas corpos e sua saúde, subvertendo a ideia de que apenas um tipo de corpo é saudável.

O artigo “Pobres sob sol e chuva: A peregrinação pelo auxílio emergencial como retrato político da conjuntura da necropolítica brasileira no contexto da pandemia de Covid-19” é assinado por Ricardo Massao Nakamura Nasser e Tamara Tania Cohen Egler. Os autores se propõem a articular, por meio da metodologia de registro da memória oral, a análise crítica da situação de exceção política e pandêmica no contexto da crise sanitária no Rio de Janeiro. Para isso, recolheram relatos de trabalhadores e trabalhadoras que passavam por uma *hipervulnerabilização* durante a primeira onda da pandemia. Ao notar como o acesso público ao benefício foi condicionado ao acesso tecnológico a instrumentos e à internet — condições e recursos ainda inacessíveis para parte significativa das classes populares brasileiras —, Nasser e Egler denunciam “bolsões de exclusão digital” e a indiferença de autoridades “com o sofrimento, a frieza e o cinismo típicos da ideologia fascista” (p. 61).

Em “As políticas públicas para o audiovisual no Brasil: Do (possível) furor criativo ao apagão imagético”, Rachel Aguiar analisa as políticas públicas para o audiovisual no Brasil, fazendo uma reflexão sobre os avanços e limitações articulados no âmbito da medida provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, denominada Lei Ancine, que regula o mercado de filmes nacionais. Aguiar analisa as políticas públicas após o fim da Embrafilme (1969–1990) e destaca o chamado *cinema de guerrilha* como um grupo de grande potencial de resistência, graças às suas ações e narrativas cartografias identitárias contadas por realizadoras e realizadores negros, indígenas e LGBTQIAPN+. A discussão sobre esse cinema oferece a possibilidade de explorar a contradição dos gestores e propositores das políticas públicas, que muitas vezes reforçam, em vez de rompem, os poderes da elite criativa no Brasil.

No artigo “A necrotecnologia como uma dimensão da necropolítica: Entre Fanon e Mbembe”, Jeferson da Costa Cruz destaca a originalidade da articulação conceitual que complementa a noção de necropolítica com a construção, bem desenvolvida no texto, de *necrotecnologia*. Vaz faz uma bela articulação entre a narrativa histórica e a problemática decolonial na projeção e atualização da questão do governar pelo poder de matar e das ameaças de uso de novas tecnologias de controle e identificação — e, até mesmo, de manipulação pela via genética — para produzir seres dóceis e servis.

O artigo “Nos limites da modernidade: psicanálise e colonialidade”, de Luciano Dias e Fernanda Cavanêz, interliga raça e subjetividade, explorando as contribuições e os limites da crítica freudiana ao projeto da modernidade. Os autores discutem a conexão da psicanálise com a leitura crítica da colonialidade, na direção de interrogações decisivas para as implicações de uma clínica que destaca a escuta do sujeito atravessado pelo registro do racismo e pela denegação ativa de sua corporeidade, memória e vivência. O debate se prova ainda mais potente quando Canavêz e Dias argumentam que *a produção cruel do aniquilamento do outro*, uma herança do projeto da modernidade evidenciada na pandemia de Covid-19, se manifestou de forma particular no Brasil, onde o enfrentamento do novo coronavírus pelo governo federal foi marcado pela banalização da morte e da violência.

Em “Notas sobre o caráter e a velocidade das mudanças institucionais contemporâneas”, Luis Carlos Fridman constrói uma excelente análise da *economia política incerteza* no capitalismo e na sociedade líquida moderna. A partir de Zygmunt Bauman e Richard Sennett, Fridman descreve o que Anthony Giddens chamou de “modernidade radicalizada”. A chave do processo de dissolução de laços sociais, de crise do *welfare state* e do fordismo em tempos de globalização consiste na força líquida, na intensidade temporal que desterritorializa.

O último artigo, “Por todas as mãos: A experiência de criação do Coletivo de Docentes Negras/os da UFRJ”, é assinado por Alexandre Fonseca Brasil, Gracyelle Costa, Joaquim W. Martins, Jorge Marçal, Márcia P. Alves dos Santos, Rachel Aguiar, Sérgio Luiz da Silva e Vantuil Pereira. Esse grupo de pesquisadores e pesquisadoras dialoga com autores decoloniais, pós-coloniais e com as teorias críticas, fazendo reflexões sobre os movimentos sociais e as teorias e abordagens das relações raciais. Eles discutem, a partir disso, os desafios impostos pelas e para as universidades a partir da adoção de cotas raciais e a aglutinação política de enfrentamento do *racismo estrutural e institucional* na UFRJ, uma das últimas a adotar medidas contra o racismo. O artigo é um registro histórico primoroso da memória da criação do Coletivo de Docentes Negras/os da UFRJ e também uma reflexão crítica sobre essa instituição após pelo menos 15 anos da política de cotas raciais nas universidades federais.

Na seção de ensaios, publicamos a aula inaugural do curso de extensão Mídia e Violência do NEPP-DH, ministrada por Muniz Sodré. No texto, intitulado “Nos tempos da sociedade incivil: Pensando sobre racismo, violência e mídia durante a pandemia”, o autor avança em uma direção que trabalha a política como confiança e a democracia a partir das seguintes perguntas: como barrar o avanço da destruição capitalista e do racismo? O que

fazer para evitar que 2022 fosse dominado pelas *fake news*? Na percepção crítica da articulação entre comunicação e política, Sodré situa a mídia, a democracia e as instituições no horizonte de uma sociedade que possa resistir ao boato, afirmando que o maior desafio é situar a *política como construção informada de confiança* em um contexto de liberdade, pluralidade, e diversidade.

Em uma das entrevistas, Heather Wurtz conversa com Sarah S. Willen e Katherine A. Mason, cofundadoras do Projeto Diário da Pandemia (PDP) — *Pandemic Journaling Project* (PJP), em inglês. O PDP é uma plataforma de diário virtual combinada com pesquisa que narra as experiências de pessoas comuns durante a pandemia de Covid-19. Na conversa com Wurtz, pesquisadora de pós-doutorado no projeto, Willen e Mason falam sobre o papel dos direitos humanos na forma como o PDP foi concebido, projetado e implementado. Contam também como o projeto contribuiu para um esforço mais amplo de justiça social no sentido de documentar histórias e memórias de grupos de comunidades historicamente sub-representadas nas narrativas hegemônicas sobre a pandemia.

Na segunda entrevista, Anny Estéfany Romão Ataíde de Souza, Hannah Lima Alcantara de Vasconcellos e Vantuil Pereira entrevistam Antônio Carlos de Souza Lima, professor titular de etnologia no Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ. Ele foi escolhido para a entrevista por seu papel central na articulação entre a análise teórica e a prática em torno de políticas públicas voltadas para grupos historicamente subalternizados no Brasil, em especial aquelas dirigidas a pessoas negras e/ou indígenas. Antônio Carlos reflete sobre o papel de antropólogos e antropólogas na documentação da agência política daqueles grupos em um contexto de transformações políticas no país a partir de meados dos anos 1980, quando ataques contra as ciências humanas se tornavam cada vez mais vorazes. Ele também fala sobre o papel das políticas públicas em uma estrutura de Estado em constante mutação e sobre os desafios de estudar e etnografar práticas de poder.

Por fim, mas destacada na capa da edição, trazemos a impactante foto da fotógrafa, puta ativista e artista Patrícia Rosa. A imagem retrata a campanha de vacinação contra a covid-19 no Jardim Itatinga, em Campinas, São Paulo, onde se localiza a maior zona de prostituição da América Latina. A campanha foi organizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Campinas, em parceria com a Associação Mulheres Guerreiras, que luta pelos direitos humanos e pela saúde das trabalhadoras sexuais na zona.

Em seu conjunto, estas páginas da **METAXY** registram a resistência e a produção de conhecimento e de passados, presentes e futuros alternativos protagonizados pelas populações mais negligenciadas e violentadas durante a pandemia, bem como os efeitos traumáticos evidentes da *incivilidade*, da *brutalidade* e da *fúria política* características da forma social racista brasileira, que ampliaram a dor e o sofrimento coletivos sobre a maioria não branca, as periferias e as favelas. Falar dessas intensidades que acentuam o registro racista, sexista e classista está no centro dos muitos recortes aqui presentes. As reflexões em todas as contribuições destacam a violência material e simbólica que traumatiza por meio das violações de direitos e se impõe sobre as subjetividades e os corpos atravessados pela escala ampliada pelo neoliberalismo, pelo negacionismo e pela necropolítica.

Não há monumentos ou atos estatais de luto coletivo pelas milhares de vidas e histórias perdidas no projeto nefasto que prevaleceu no Brasil até recentemente. As lutas pela sobrevivência que brotaram e se intensificaram na pandemia continuam, e ficamos com a seguinte pergunta: como superar a fragilidade republicana diante do império sem povo que se atualiza na forma de regimes de exceção ou de uma democracia liberal-plutocrática? A centralidade da luta antirracista no século XXI se articula na relação com a possibilidade de situar e construir esferas públicas, como respostas especializadas, no novo contexto do meio informacional-comunicacional que tende a fragmentar mais do que juntar, mas que continua como um grande campo de contestação e resistência.

Diante da atual conjuntura, do inestimável conhecimento contido nestas páginas e da incerteza encalcada em esperança, terminamos também este editorial com as últimas palavras do artigo da Fátima Lima:

Se há um dia seguinte, ele só será possível se conseguirmos reinventar outro sentido de comunidade (...). Precisamos, para isso, arrancar do futuro sob as nossas costas tudo aquilo que nos condena. Isso só será possível com uma política de reparação e de justiça étnico-racial, de gênero e territorial, no mínimo.

Que aprendamos com as favelas (pg. 24).

Laura Rebecca Murray é professora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos (NEPP-DH/UFRJ). Coordena o Laboratório de Pesquisa sobre Sexualidade, Política e Imagem (LaPeSPI) do NEPP-DH/UFRJ. É doutora pelo departamento de Sociomedical Sciences da Columbia University (EUA), mestre pelo International Health do John Hopkins University Bloomberg School of Public Health (EUA) e graduada pela Wellesley College (EUA). É membro do Coletivo Puta Davida e da Rede Brasileira de Prostitutas.

Murilo Peixoto da Mota é sociólogo do NEPP-DH e pesquisador/colaborador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) do mesmo núcleo de pesquisa. Doutor pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRJ, mestre pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e graduado em ciências sociais pela UFRJ.

Pedro Claudio Cunca Bocayuva é professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do NEPP-DH. Coordena o Laboratório de Direito Humano à Cidade e Território (LDCT) do NEPP-DH. É doutor pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPGPUR) da UFRJ, mestre pelo Programa de Pós-Graduação Acadêmica (PPGA) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e graduado em história pela PUC-Rio. É membro do Grupo Trauma e Catástrofe e da Rede Lastro de Pesquisa.

Como citar:

MURRAY, Laura Rebecca; MOTA, Murilo Peixoto da; BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunha. Corpos e territórios de luto e luta: Memória, direitos e vida em tempos pandêmicos. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, p. 4-9, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>